

MPF quer transformar prédio do Dops em centro de memória no Rio

26/05/2025

O Ministério Público Federal recomendou ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e à Secretaria do Patrimônio da União que adotem, no prazo de 60 dias, as providências necessárias para reverter ao patrimônio da União o imóvel do antigo **Departamento de Ordem Política e Social (Dops)** no Rio de Janeiro.

O prédio, situado na Rua da Relação, nº 38/40, deve ser destinado à criação de um centro de memória em defesa dos direitos humanos e dos grupos sociais vítimas da violência de Estado cometida naquele local.

Pertencente originalmente à União, o imóvel foi doado ao extinto Estado da Guanabara na década de 1960, sob a condição de uso para fins policiais e com obrigação de preservação.

Entretanto, o prédio não cumpriu sua destinação e está abandonado há mais de 15 anos, em estado de conservação precário. Segundo a recomendação do MPF, um parecer técnico do MDHC concluiu que as condições da cessão foram descumpridas, o que justifica a reversão do imóvel ao patrimônio federal.

A recomendação é resultado de um inquérito civil público instaurado em março de 2024, a partir de representação do coletivo RJ Memória Verdade Justiça e Reparação.

Em 17 de junho daquele ano, o MPF coordenou uma visita técnica ao imóvel, com a presença de representantes de diversas instituições e constatou o estado crítico de deterioração do imóvel. No entanto, também foram identificados elementos de memória ainda preservados, como antigasarceragens e documentação original. O diagnóstico reforçou a urgência de medidas concretas para garantir a integridade da estrutura física e do acervo documental.

“A transformação desse espaço em um centro de memória é uma medida de justiça e reparação histórica”, afirma o procurador regional dos Direitos do Cidadão adjunto **Julio Araújo**. Segundo ele, preservar esse imóvel é afirmar o compromisso do Estado brasileiro com a verdade, a democracia e os direitos humanos. Para o procurador, “locais como o antigo Dops não podem ser esquecidos ou apagados. Eles precisam ser ressignificados como espaços de resistência, lembrança e aprendizado para as futuras gerações”.

Sem barreiras

A recomendação do MPF também pede que o estado do Rio de Janeiro e a Polícia Civil não imponham obstáculos à atuação da União no imóvel e garantam o acesso imediato e permanente para as ações necessárias de preservação. Durante a tramitação do inquérito, a Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro admitiu não ter condições de adotar medidas de preservação e demonstrou disposição para o diálogo.

O MDHC também expressou interesse em firmar acordo com o governo estadual para viabilizar a transformação do prédio em centro de memória, com apoio e financiamento.

Uma das frentes prioritárias do inquérito civil tem sido garantir o recolhimento e o tratamento da documentação histórica do Dops, que registra a perseguição política, a tortura e as violações de direitos durante o regime militar. O processo de transferência do acervo para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) está em curso, conforme previsto pela Lei Estadual nº 2.027/1992, que assegura a guarda e a consulta pública dos documentos.

Donatas Dabravolskas/ Wikimedia Commons



Prédio que sediava o DOPS no Rio de Janeiro pode se tornar centro de memória



A medida foi viabilizada por meio da criação, em julho de 2024, do Grupo de Trabalho Dops (GT Dops), além da mediação entre o MPF e a Sepol, que resultou em acordo para o recolhimento do material histórico.

“Com a recomendação, o MPF pretende assegurar uma solução definitiva para a proteção do imóvel, de seu acervo histórico e da memória das vítimas das graves violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar”, conclui Araújo.

A relevância de espaços como esse já foi reconhecida por órgãos como a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro e o Relator Especial da ONU sobre a Promoção da Verdade, Justiça e Reparação. A mobilização histórica de movimentos sociais e o impacto do filme “Ainda Estou Aqui”, premiado no Oscar, também reacenderam o debate público sobre a destinação do prédio.

O edifício tem profundo valor simbólico, histórico e político. Sede da Polícia Central desde o início do século XX, foi um espaço importante de onde saíram políticas de criminalização da população negra no pós-abolição, por “vadiagem”, “capoeiragem” e outros “delitos”. A perseguição de religiões de matriz africana gerou apreensões de objetos sagrados cuja liberação só foi possível em 2020, após a Campanha Liberte Nosso Sagrado e atuação do MPF. O prédio abrigou também a polícia política na Era Vargas e o Dops na ditadura militar.

Desde 1987, o imóvel encontra-se tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), devido ao seu papel na repressão política e às graves violações de direitos humanos durante a ditadura. Processos de tombamento definitivo tramitam atualmente tanto no Inepac quanto no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), para a criação de um espaço permanente de memória e resistência. *Com informações da assessoria de imprensa do MPF.*

Clique [aqui](#) para ler a recomendação
Inquérito civil 1.30.001.001121/2024-50

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-mai-26/mpf-quer-transformar-predio-do-dops-em-centro-de-memoria-no-rio-3/>